

Dimensão Estratégica

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal. O PPA orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento definido para os próximos quatro anos.

A dimensão estratégica do Plano Plurianual 2024-2027 traduz as principais linhas estratégicas definidas pelo governo federal para a implementação de políticas públicas, tendo como horizonte o período de quatro anos.

A dimensão estratégica está organizada em quatro partes:

- 1. visão de futuro para 2027, atributos, indicadores-chaves nacionais e metas;
- 2. valores e diretrizes;
- 3. eixos;
- 4. objetivos estratégicos e indicadores-chaves e metas;

1. Visão de futuro 2027, atributos e indicadores-chave nacionais e metas

A visão de futuro expressa a situação futura desejada para o país no horizonte deste Plano Plurianual, sendo referência para a estratégia de desenvolvimento.

A sua construção decorre da análise da evolução e do estado atual do país, das tendências e das incertezas nos cenários global e nacional para os próximos anos e das propostas e diretrizes do projeto vitorioso nas urnas.

A visão expressa um futuro desejável e possível de ser construído, passível de avaliação quantitativa. Representa a síntese da convergência das aspirações em relação ao Brasil em que queremos viver em 2027. Em síntese, a visão de futuro representa um sonho inspirador, factível no horizonte de tempo desejado.

Este PPA inova ao ser consolidado em um enunciado-síntese, que descreve a situação desejada até 2027. Esse enunciado-síntese é qualificado e quantificado por dois elementos: os atributos da visão, que se referem às características e elementos essenciais que compõem a situação desejada; e os indicadores-chave nacionais (*Key National Indicators* – KNI), que apoiam a mensuração do progresso em relação ao alcance da visão de futuro expressa.

1.1. Visão de futuro para o Brasil em 2027

"Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades".

1.2. Atributos da visão de futuro

- Democracia Participação social e garantia da pluralidade e dos princípios democráticos;
- Equidade Inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades;
- Desenvolvimento Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social.

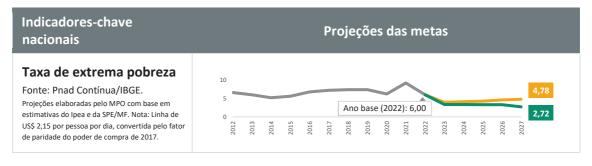
1.3. Indicadores-chave nacionais e metas

Os indicadores-chave nacionais são um conjunto de indicadores que medem o progresso social, econômico, ambiental e institucional do Brasil, considerando as múltiplas dimensões do bemestar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas. São variáveis-chave para aferir os efeitos de transformação e são essenciais para o acompanhamento do desempenho da estratégia adotada no Plano.

Para cada indicador do PPA há uma meta associada. Foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA. Esse sistema oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

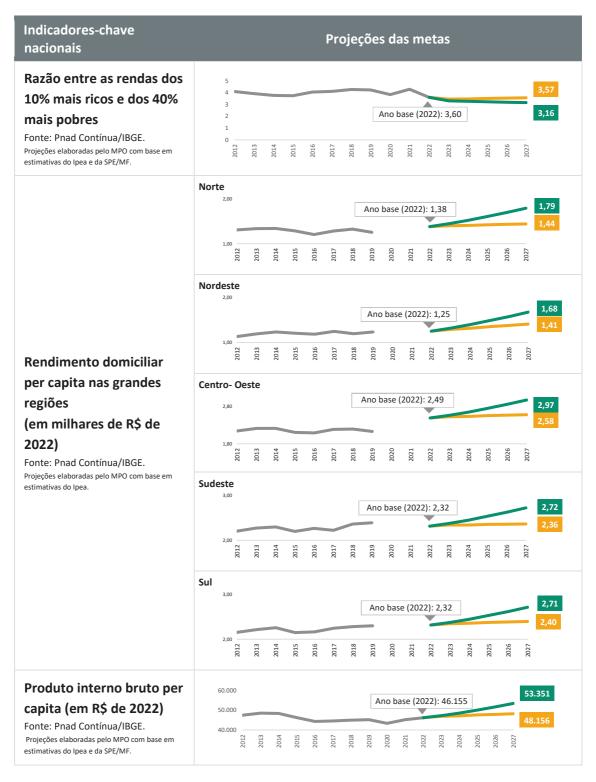
Os indicadores-chave, vinculados à visão de futuro, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade) gerados pela ação governamental.

Tabela 1. Indicadores-chave nacionais e metas associados à visão de futuro.



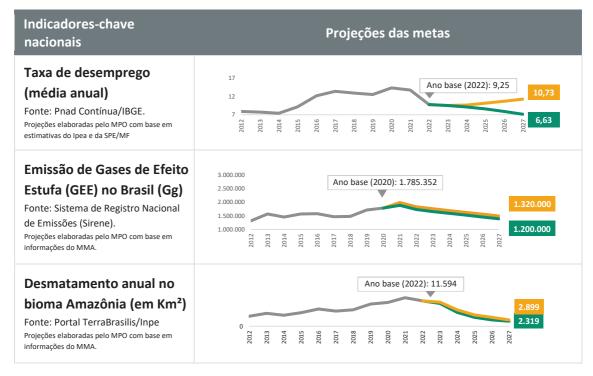
Legenda

- Resultado desejável - Resultado base



Legenda

- Resultado desejável - Resultado base



Legenda

- Resultado desejável - Resultado base

2. Valores e diretrizes

A visão de futuro do Brasil em 2027 está alicerçada nos valores e nas diretrizes que conduzem as ações e o relacionamento, interno e externo, do governo federal. Os valores representam o conjunto de crenças e princípios que orientam e informam a construção e a implementação do PPA. Já as diretrizes são orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos e os programas que compõem o PPA, validados por processo de participação social. Trata-se de sete valores que contam com 13 diretrizes, conforme apresentado a seguir.

Tabela 2. Valores e diretrizes do PPA 2024-2027.

Valores	Diretrizes
Democracia	 Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania.
Diversidade e justiça social	 Promover a redução das desigualdades sociais e regionais; Valorizar a diversidade cultural e regional; Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência.

Valores	Diretrizes
Sustentabilidade socioambiental	 Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos; Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação; Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas.
Participação social	 Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados.
Atuação colaborativa	 Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado; Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento
	sustentável; • Potencializar a cooperação federativa.
Responsabilidade fiscal e social	 Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável.
Excelência na gestão	 Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital.

Diretrizes de atuação

- 1. Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania. Uma democracia forte demanda a inclusão de todos, o respeito e a garantia de direitos. As ações do governo devem ser orientadas para a inclusão socioeconômica dos mais pobres, a cidadania e a garantia dos direitos de todos os brasileiros, em especial das populações vulneráveis.
- 2. Promover a redução das desigualdades sociais e regionais. A redução das desigualdades é um elemento central para o desenvolvimento socioeconômico do país. As ações do governo devem buscar maior igualdade de oportunidades sociais, econômicas e regionais, promovendo a justiça econômica e social.
- 3. Valorizar a diversidade cultural e regional. A diversidade da população brasileira é um ativo nacional que deve ser valorizado e fortalecido nas ações do governo, promovendo a redução de barreiras regionais e culturais.

- 4. Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão idoso e de pessoas com deficiência. O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça/cor, sexo, etnia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social. A busca pela equidade deve permear todas as ações do governo para fortalecer a justiça social e a garantia de direitos.
- 5. Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos. As mudanças climáticas já estão impactando o Brasil de diferentes formas, com crescentes custos humanos, financeiros e de qualidade de vida. As ações do governo devem contribuir para desacelerar as mudanças climáticas e aumentar a resiliência do país em relação aos seus impactos.
- 6. Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação. A transição para uma economia mais verde, de baixo carbono e com sustentabilidade socioambiental, mais digital e criativa é um meio importante para se enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI, aumentar a competitividade da economia e construir um futuro mais sustentável e próspero para todos.
- 7. Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas. A dimensão socioambiental tem caráter transversal e deve ser contemplada na formulação, na implantação e no monitoramento de políticas públicas, considerando-se recortes específicos para grupos vulneráveis tendo em vista uma maior assertividade das ações do governo.
- 8. Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados. A transparência, a comunicação social e a gestão participativa são fatores essenciais para se promover a qualidade e a credibilidade das políticas de governo e o uso adequado do orçamento. A identificação clara dos beneficiários e dos resultados das políticas públicas facilita o controle social e a avaliação da efetividade no uso dos recursos públicos. Essas iniciativas devem ser incorporadas em todas as ações do governo, contribuindo para maior engajamento e participação da sociedade.
- 9. Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado. A limitação de recursos frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocam ao país demanda uma agenda articulada com outros entes federativos, com movimentos sociais, com a iniciativa privada e o terceiro setor, para prover bens públicos e ampliar a capacidade de entrega de resultados à população.

- **10.** Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional é importante para fortalecer as relações diplomáticas, políticas e socioeconômicas em um mundo cada vez mais integrado. A colaboração com outros países e organismos multilaterais deve ser intensificada.
- 11. Potencializar a cooperação federativa. O fortalecimento do pacto federativo, a partir de um trabalho mais integrado entre os entes da Federação, deve reconhecer as atribuições dos diferentes níveis de governo de modo a evitar sobreposições de esforços, otimizando o uso dos recursos e gerando maior sinergia das capacidades técnicas de cada nível de governo.
- 12. Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável. O uso eficiente, fiscal e socialmente responsável dos recursos públicos permite ao governo oferecer políticas públicas efetivas, promovendo sustentabilidade fiscal. As ações do governo devem buscar a integração entre os ministérios, para assegurar complementaridades que evitem desperdícios e ampliar tanto a qualidade das políticas quanto a capacidade de entregar resultados.
- 13. Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital. O governo precisa acompanhar as transformações tecnológicas e a aceleração da digitalização da economia e da sociedade, avançando para um modelo mais digital e orientado para dados que seja mais ágil e assertivo na entrega de resultados para a população, com mais segurança e maior compartilhamento de informações.

3. Eixos do PPA

Os eixos organizam a compreensão da realidade brasileira e os desafios na forma de linhas básicas de atuação que agrupam os objetivos estratégicos, assentados na implementação dos programas do PPA 2024-2027 e de seus resultados. O PPA contém três eixos:

- 1. Desenvolvimento social e garantia de direitos;
- 2. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e
- 3. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.

Esses três eixos são complementares e convergem para a reconstrução nacional e o enfrentamento dos grandes desafios sociais, econômicos, ambientais e institucionais do país.

O eixo 1 — Desenvolvimento social e garantia de direitos — consiste em consolidar a equidade como esteio de uma sociedade justa. Tem por objetivo transformar o Brasil em um país livre das mazelas da fome e da insegurança alimentar, consolidar a universalização e a institucionalização dos direitos da cidadania, valorizar a diversidade cultural e a criatividade do povo brasileiro,

melhorar a distribuição de renda e promover a inclusão social e produtiva das parcelas mais vulneráveis da população, por meio de maior acesso aos serviços sociais essenciais, como saúde e educação, e às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. Também visa à igualdade, ao respeito à diversidade e ao combate a todas as formas de violência.

O eixo 2 — Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática — tem como propósito o crescimento do país tendo como base a economia inclusiva, pela produção e pelo consumo, na direção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. São desafios centrais desse eixo o desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades, uma prosperidade mais bem distribuída pelas regiões do país e o crescimento sustentável da economia, o que implica articular as agendas da inclusão e da redução das desigualdades com as da ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade, na direção de uma economia cada vez mais verde e descarbonizada.

O eixo 3 – Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania – tem como propósito o fortalecimento permanente da democracia e da cidadania, da Constituição brasileira e de seus valores, sem os quais a defesa da soberania nacional e o fortalecimento do Estado e das suas instituições perdem grande parte do seu significado original. O adequado funcionamento das instituições e das liberdades democráticas, a recuperação da capacidade de coordenação, de planejamento e de execução do Estado brasileiro orientada pela participação popular, a garantia da soberania nacional, a partir da capacidade de dissuasão na defesa do território, a primazia da transparência e o combate à corrupção são desafios centrais desse eixo.

4. Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

Os eixos do PPA se desdobram em objetivos estratégicos, que representam os resultados prioritários a serem alcançados nos próximos quatro anos. Os objetivos são declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças que precisam ser realizadas, em parceria entre governo e sociedade, para se atingir a visão de futuro. São quantificáveis a partir dos indicadores-chave nacionais de resultado, permitindo uma avaliação do seu andamento para que se atinjam os resultados desejados ou para que se faça a correção de trajetória, caso necessário.

4.1. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos são o elo entre as dimensões estratégica e tática, pois se conectam diretamente aos programas do PPA. São 35 objetivos estratégicos organizados nos três eixos.

Objetivos estratégicos do eixo 1 – desenvolvimento social e garantia de direitos:

1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social;

- **1.2.** Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- **1.3.** Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes;
- **1.4.** Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica;
- **1.5.** Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão;
- **1.6.** Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões;
- **1.7.** Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência;
- 1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos;
- 1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal;
- **1.10.** Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira;
- 1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura;
- **1.12.** Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial;
- **1.13.** Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.

Objetivos estratégicos do eixo 2 – desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática:

- **2.1.** Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente;
- **2.2.** Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas;
- 2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura;
- **2.4.** Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia;
- **2.5.** Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios;
- 2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação;
- **2.7.** Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres;
- **2.8.** Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética;
- **2.9.** Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade;
- **2.10.** Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem;
- **2.11.** Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras;
- **2.12.** Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional;
- 2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo;
- 2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades;

2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda.

Objetivos estratégicos do eixo 3 – defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania:

- **3.1.** Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social;
- **3.2.** Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional;
- **3.3.** Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população;
- 3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado;
- **3.6.** Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos;
- **3.7.** Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.

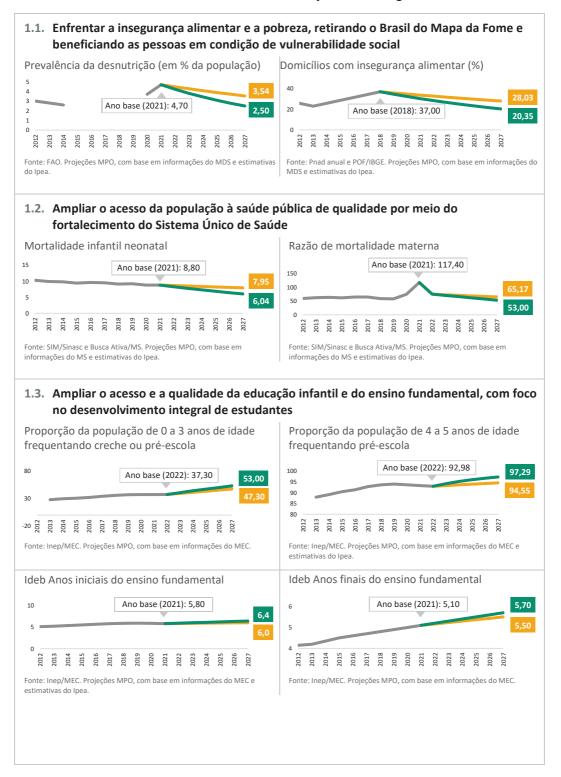
4.2. Indicadores-chave e metas

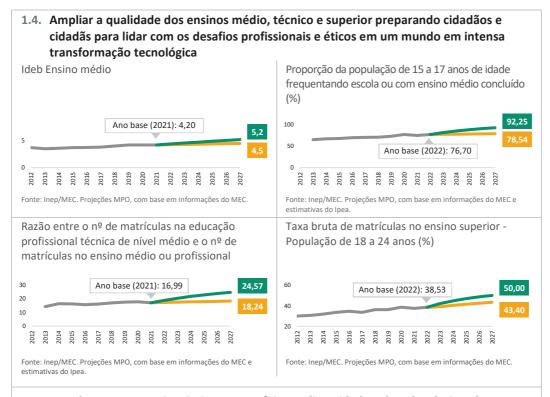
Os indicadores-chave, vinculados aos objetivos estratégicos, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade) gerados pela ação governamental. Para os objetivos estratégicos também foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA.

São 31 indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do primeiro eixo; 23 indicadores associados ao segundo eixo; e, por fim, 8 associados ao terceiro eixo. No total são 62 indicadores associados aos 35 objetivos estratégicos. A seguir serão apresentados os indicadores e metas associados aos objetivos em cada um dos eixos do PPA.

Indicadores-chave e metas dos objetivos estratégicos do eixo 1 — desenvolvimento social e garantia de direitos:

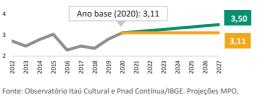
Tabela 3. Indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do eixo 1.





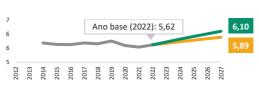
1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão

Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas (Ecic) no PIB



com base em informações do MinC

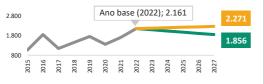
Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas na População Ocupada Total



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC e estimativas do Ipea

1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões

Número de ocorrências de violência motivadas por homofobia, lesbofobia, bifobia ou transfobia

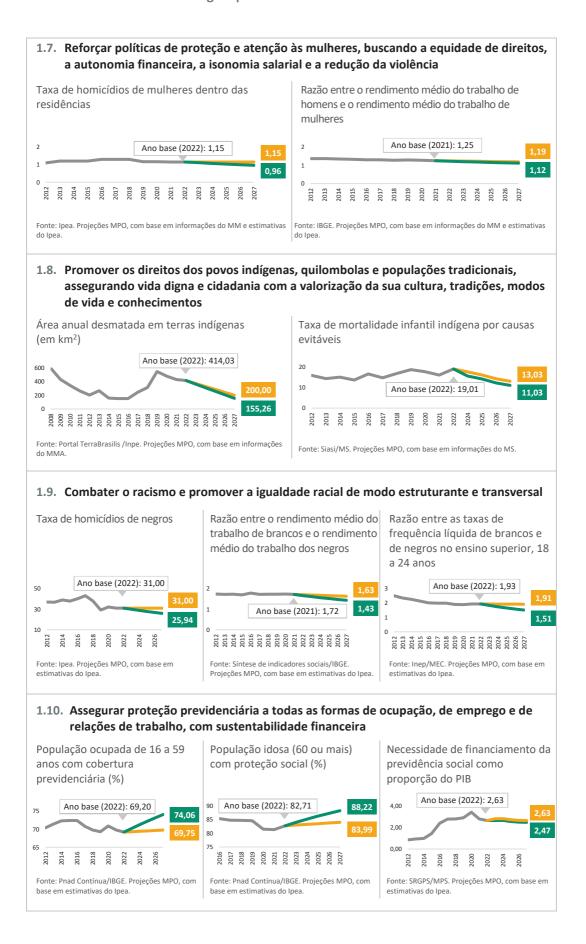


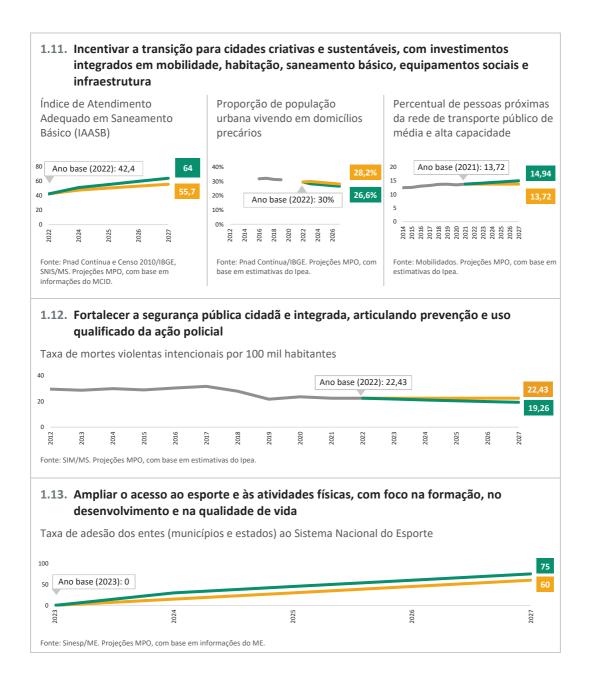
Fonte: Sinan/MS. Projeções MPO, com base em informações do MDHC

Razão entre total de presos provisórios e população prisional



Fonte: Sisdepen/MJSP. Projeções MPO, com base em informações do MDHC e estimativas do Ipea



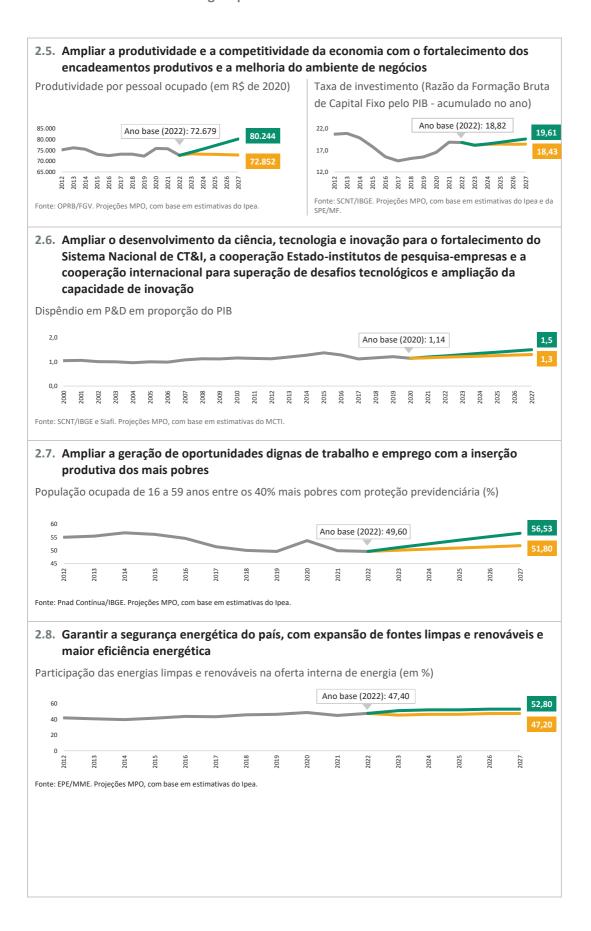


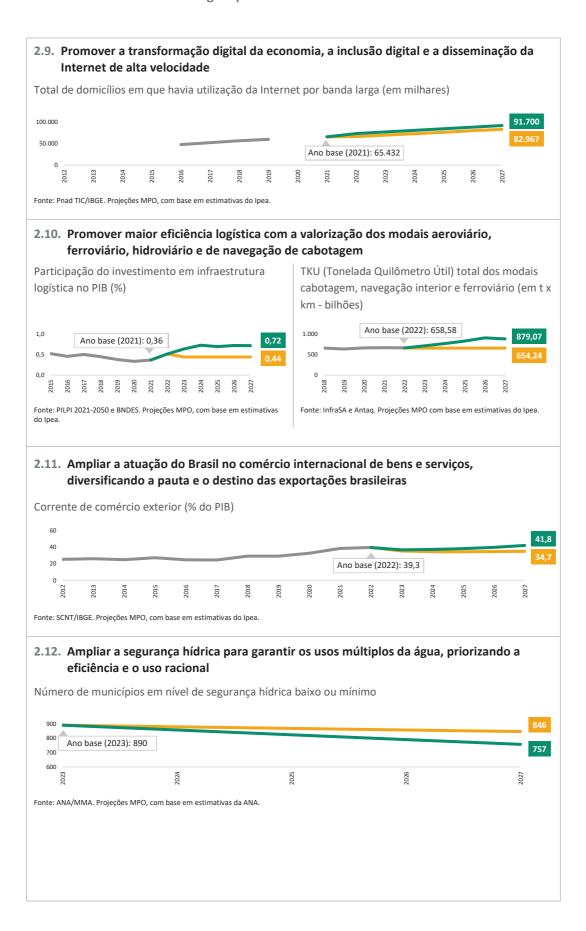
Indicadores-chave e metas dos objetivos estratégicos do eixo 2 – desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática:

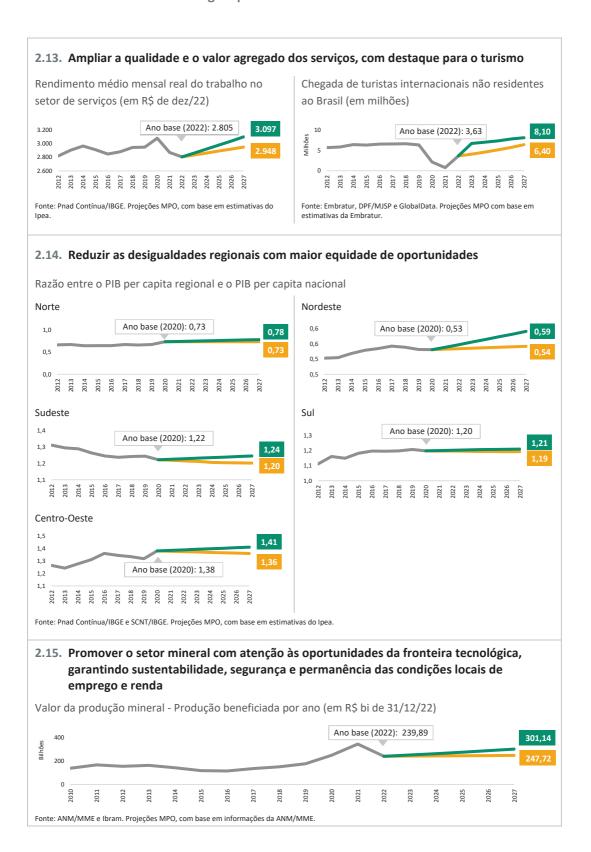
Tabela 4. Indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do eixo 2.



Legenda







Indicadores-chave e metas dos objetivos estratégicos do eixo 3 — defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Tabela 5. Indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do eixo 3.

